

# O Estado da Arte e tendências da formação do Profissional de Informação: Enfoque Latino-Americano\*

FRANCISCO PINÓN \*\*

Internacionalização dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais como marca da situação mundial atual. Características desse processo na América Latina. O MERCOSUL como instrumento decisivo para a integração dos países latino-americanos. Desafios à educação no processo de integração. Importância da informação e necessidade de formação de recursos humanos especializados.

## 1. INTRODUÇÃO

Os países da América Latina enfrentam uma situação difícil e complexa neste final do Século XX, que, somada aos problemas estruturais acumulados ao longo do tempo, desencadeia novos problemas e questões para as sociedades envolvidas. O mundo tende a uma unidade fundamental na qual se multiplicam as relações; per-

---

\* Tradução de Suzy de Souza Queiroz, professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Revisão de Ana Maria Bernardes de Andrade.

\*\* Diretor de Cooperação Internacional da Comissão Nacional Educativa, Cultural, Científica e Tecnológica para a Integração no MERCOSUL (Argentina).

mutam-se bens, serviços e informações com uma velocidade inusitada; suscitam-se conflitos e tensões que velozmente se expandem, com implicações para todas as nações, ainda que se originem em uma delas ou em um grupo, levando-nos à convicção de que é fundamental acompanhar as tendências mundiais para poder formular, a partir de nossas próprias histórias e modalidades de desenvolvimento, os projetos de nossos países.

Essa internacionalização dos problemas deve vir acompanhada de um pensamento e de uma reflexão calcados na realidade latino-americana, e que possam gerar categorias novas e mais amplas de compreensão, para dar conta de fenômenos e questões inéditas. A sociedade "global" impõe também uma maneira de perceber a realidade que integre as distintas dimensões constitutivas da vida social. O desenvolvimento de uma visão, que parte das próprias necessidades e dos próprios eixos explicativos, é uma condição **sine qua non** para gerar maiores espaços de autonomia em um mundo que avança em direção à "planetarização".

Essa planetarização tem, reduzindo-se excessivamente as alternativas, dois horizontes: 1) a homogeneização e a subalternização dos países sob o domínio de uma ou algumas potências centrais; 2) a integração de blocos regionais, que estabeleçam novas regras de jogo no cenário internacional. A América Latina está buscando, ainda às cegas, o segundo horizonte.

Assim mesmo essa planetarização torna-se efetiva, pelo avanço de novas tecnologias que estimulam uma troca civilizatória. Nessa troca civilizatória o conhecimento e a informação terão um papel estratégico. Conseqüentemente, é fundamental, para sustentar e ampliar a capacidade de decisão de nossas sociedades no marco dos processos de integração, a geração de conhecimentos pertinentes para a solução dos problemas sociais e o

planejamento e desenvolvimento de sistemas de informação cada vez mais ágeis e flexíveis.

No presente trabalho, houve a intenção de assinalar as tendências que compõem o mundo atual; as características marcantes da situação em que se encontra a América Latina; os aspectos centrais do processo de integração do MERCOSUL e os avanços obtidos na dimensão educativa do processo.

## 2. A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

O mundo atual encontra-se em situação de crise. Crise na vida econômica, política, social e cultural. Como se expressam cada uma dessas crises?

Na ordem econômica, a humanidade está há quase duas décadas no ciclo depressivo. Depois da crise do petróleo, iniciou-se uma onda de baixa atividade na economia internacional para a qual, no momento, não se vislumbra a saída. Na última década, o **PIB per capita** diminuiu entre 10 e 25% em muitos países da África e da América do Sul, aumentando o abismo entre os países centrais e os países periféricos. Além disso, ocorreu um incrível fluxo de capitais das nações pobres para as ricas, como consequência do serviço da dívida externa e dos preços decrescentes dos produtos de exportação dos países periféricos. Simultaneamente, e talvez de forma paradoxal, ocorreu o avanço da revolução científico-tecnológica, que produziu grandes transformações internas nas sociedades centrais (terceirização, paralização, reconversão produtiva e de trabalho etc.) e tem aumentado a concorrência entre os grandes países industriais (Estados Unidos, Japão e Alemanha).

Na ordem geopolítica, a queda dos sistemas do "real socialismo" tem desestruturado o sistema internacional, construído depois da Segunda Guerra Mundial e fundado

na bipolaridade e na corrida armamentista. Essa distensão Leste-Oeste coloca em movimento as novas formas de competência entre os países centrais e as assimetrias existentes entre o Norte e o Sul. A internacionalização das diferentes dimensões da vida social vem acompanhada de processos de regionalização naqueles que se constituem blocos, por motivos econômicos ou geoestratégicos.

Na ordem política, é significativo o avanço da democratização dos sistemas, até há pouco tempo sustentados na exclusão das maiorias populares. O avanço das demandas de liberdade e justiça não encontra, ainda, canais efetivos nos sistemas organizados sobre a institucionalidade formal da democracia representativa, que limita a participação aos atos eleitorais.

Na ordem social, vastos setores da população mundial encontram-se abaixo da linha de pobreza crítica, tendo como pano de fundo um aumento sustentado da população mundial, que no princípio do século se aproximava de dois bilhões de habitantes e no fim da década de 50 ultrapassava a marca dos cinco bilhões, registrando um aumento de um bilhão de habitantes em menos de quinze anos. E, pelo que se pode estimar, no ano 2000 haverá cerca de seis bilhões de seres humanos atuando sobre as economias e os ecossistemas mundiais.

No que se refere ao meio ambiente, a eliminação incorreta dos dejetos, o manejo inadequado de substâncias químicas tóxicas e os freqüentes acidentes industriais atentam contra a integridade biológica da terra, do ar e da água.

Na ordem cultural, a expansão de modelos homogeneizantes, devido à expansão das telecomunicações, introduz questionamentos, trocas e conflitos nas formas culturais de base nacional.

### 3. A AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO MUNDIAL

A América Latina, no seu conjunto, vive esses processos de forma particular. Para entender sua situação, é preciso recordar o significado que teve para a região a década de 80, com suas seqüelas de endividamento, inflação sustentada, desindustrialização e desigualdade na distribuição da riqueza. Acompanhando este processo, deram-se as mudanças políticas de transição e consolidação democrática. Na década de 90, podemos verificar certos sinais de reativação na economia, embora não nos níveis de atividade ocorridos em outras décadas. O que é mais evidente é a queda dos índices inflacionários na região; o aumento de uma situação de pobreza crítica para 40% da população total da região; o crescimento da população de base urbana; a reformulação do papel dos Estados nas sociedades e a utilização de fórmulas políticas democráticas para a solução dos conflitos. Nesse contexto, difícil e complexo, têm renascido as intenções de integração entre os países.

### 4. ACERCA DA INTEGRAÇÃO

A magnitude das transformações em curso assinala a imperiosa necessidade de se pensar os processos sociais em termos globais. O mundo hoje é um todo, cujas partes estão em mútua relação. Por outro lado, a interdependência das diferentes nações vem seguida de uma interdependência dos problemas. Essa afirmação não deixa de reconhecer, sem dúvida, as assimetrias e desigualdades existentes na dimensão econômica do desenvolvimento. Impõe-se, portanto, uma perspectiva de integração, no momento em que as distâncias estão sendo cada vez mais reduzidas pelo avanço vertiginoso das comunicações.

O cenário do Cone Sul apresenta uma difícil situação que, junto à experiência da década de 80 — década perdida em matéria econômica — indica a necessidade inadiável de congregar esforços para tornar possível a solução de problemas comuns. A semelhança e a gravidade das situações que invadem a realidade da América Latina têm reforçado a consciência acerca do imperativo de avançar no caminho de uma unidade que respeite a diversidade local, regional e nacional, como condição de sobrevivência para cada um dos países que compõem a área. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de se aprofundar os processos atuais de integração e de se fortalecer os mecanismos já existentes, superando as dificuldades e as incompreensões nos diferentes setores.

A integração na década de 90 pode ser decisiva para a América Latina sair da profunda crise que afeta seus países, incrementar o setor produtivo e alcançar uma cooperação autêntica, sustentável e real. Nesse marco, inscreve-se o Tratado do MERCOSUL.

## 5. O TRATADO DO MERCOSUL

### 5.1 Antecedentes

Esse processo de integração dos países reconhece como antecedente imediato o programa da Argentina e do Brasil para a formação de um Mercado Comum entre os dois países, apesar de que se poderia mencionar outros precedentes, como as iniciativas da ALALC e da ALADI. Porém, com o advento de seus regimes democráticos, a Argentina e o Brasil, a partir de 1985, iniciaram um intenso processo de negociações político-econômicas.

Todo esse processo teve incidência na formulação do Tratado de Assunção. Para elaborar o "Tratado para Constituição de um Mercado Comum" e seus anexos, formou-se um Grupo Mercado Comum Quadripartido, com

representantes dos quatro países, tendo o Tratado sido assinado, no mês de fevereiro de 1991, pelos presidentes das delegações negociadoras, **ad referendum** de aprovação ulterior.

O projeto de unidade latino-americana, por tanto tempo adiado, em um continente com uma mesma cultura, uma mesma origem e uma mesma situação, iniciava seu caminho com a assinatura do MERCOSUL.

## 5.2 Perspectiva Econômica

Os governos dos quatro Estados-membros subscreveram o "Tratado de Assunção" com o propósito de:

- acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social na região, através da integração entre os membros;
- criar um Mercado Comum que ampliasse as atuais dimensões de seus mercados nacionais, mediante a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países e o estabelecimento de uma tarifa externa comum;
- conseguir uma adequada inserção internacional para os quatro países, mediante a consolidação de um grande espaço econômico;
- promover esforços para o desenvolvimento, de forma progressiva, da integração da América Latina, conforme os objetivos do Tratado de Montevidéu, de 1980;
- promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados participantes;
- modernizar as economias dos países-membros para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida das populações.

### 5.3 Perspectiva Geocultural

O aspecto fundamental do MERCOSUL é que seus países-membros expressem, em suas próprias culturas, os fatores necessários e suficientes para formarem um conjunto de povos com uma trajetória histórica compartilhada e com um possível destino comum. Nessas condições e com essas características, tem-se falado que estes países constituem uma comunidade "natural", que se singulariza frente a outros blocos, constituídos a partir de razões econômicas, comerciais, estratégicas ou geográficas.

Essas características comuns não nos devem fazer perder de vista o fato de que os países que integram o MERCOSUL têm suas peculiaridades, das quais se originam situações e problemas diversos e, portanto, soluções também diversas. Alguns países têm graus relativos de desenvolvimento econômico que outros não têm, recursos naturais e fontes de riqueza que não são os que outros possuem, graus de inclusão social diferentes, integração territorial diversa e inclusive características sócio-políticas diferentes, originárias das histórias particulares.

De qualquer modo, é evidente que, acima destas diversidades, do sentido nacional de cada cultura e da consciência da própria originalidade, existem problemas comuns, que se inscrevem em uma trajetória histórica e que dão a esse conjunto de nações a singularidade de uma comunidade de povos. E essa comunidade de povos deve recriar suas potencialidades para alcançar um peso significativo no âmbito internacional, principalmente no marco do novo mapa geopolítico que se está gestando.

## 5.4 Perspectiva Política

Nessa encruzilhada em que se multiplicam tendências significativas do ordenamento internacional, os países do Cone Sul necessitam mudar os valores histórico-culturais subjacentes e, principalmente, a consciência solidária, que busca constituir-se em projeto político e de desenvolvimento.

As nações que formam parte do continente encontram-se em um momento privilegiado de sua história política. A transição e a consolidação dos governos democráticos criam não somente melhores condições para a vigência dos direitos humanos, para a participação e para a convivência, como também criam, a necessidade de ampliar os espaços de entendimento, a busca de consensos no interior de cada país e a realização de acordos globais entre os países da área.

A democratização de nossas sociedades, a busca da equidade e a transformação produtiva que fortalece a competitividade constituem-se nos pilares básicos da construção de novos contextos institucionais.

## 6. DESAFIOS À EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

Cresce a consciência acerca do papel fundamental que o conhecimento e a educação terão nos modos de desenvolvimento dos países da área, com vistas no Século XXI. Esse reconhecimento parte da convicção de que o desempenho da cidadania produtiva, na sociedade de amanhã, terá um componente fundamental na informação e no conhecimento, na flexibilidade e na adaptabilidade dos habitantes, em contextos mutáveis e crescentemente complexos. A educação, por tal motivo, deve antecipar-se às transformações, para estar à altura das solicitações desta época.

## 7. DIAGNÓSTICO

A educação latino-americana, em seus diversos níveis e modalidades, como produto de sua conformação histórica, tem uma estruturação centralizadora, que deixa pouco lugar para a criatividade e a autonomia dos atores; um alto grau de burocratismo e legalismo, que ocupam um lugar central na dedicação das estruturas dos centros; práticas docentes formalistas e repetitivas, que incorporam escassamente as novas perspectivas das inovações técnicas e científicas; está ilhada da comunidade social e das demandas dos setores produtivos, divorciada da memória cultural das sociedades e armada sobre si mesma, desconhecendo a realidade dos países vizinhos.

## 8. PROPOSTA

Para reverter essa situação e responder à realidade social de nosso continente, torna-se imperativo desenvolver uma proposta integrada de superação. Para que este processo de integração seja pleno, deve contemplar a totalidade de seus elementos constitutivos (políticos, sociais, econômicos, culturais e educativos). Nesse sentido, a educação deve desempenhar um papel central nas estratégias de desenvolvimento dos países isolados, para enfrentar os desafios criados pelo avanço da revolução científico-tecnológica, pela transformação produtiva com equidade, pelos processos de transição e consolidação democrática e pelos projetos de integração continental.

A educação deverá contribuir, pois, para o desenvolvimento da região, mediante a formação de uma consciência política que fortaleça os processos democráticos; a produção de conhecimentos socialmente relevantes e a capacitação de recursos humanos aptos a incorporarem-se ativamente às novas modalidades do mundo do trabalho e da produção. Com certeza, deverá cons-

tituir-se em um elemento central de uma política social que permita o aprofundamento da democracia e um tipo de crescimento com maior equidade em um contexto de integração.

Para os países da região, isso implica em implementar processos de mudança e de transformação de vasta magnitude na educação, mediante estratégias que rompam com o isolamento e com o divórcio produzidos nos últimos anos, e que permitam o surgimento de um novo estilo de desenvolvimento educativo. As tarefas emergentes da transformação educativa não podem desenvolver-se sem amplos acordos nacionais. É fundamental o compromisso de todos os atores, setores e agências no que se refere ao desenvolvimento educativo, para criar novos tempos, espaços e atores na educação, permitindo novas alianças, que tendam à coordenação de iniciativas.

A transformação da educação deve introduzir a perspectiva de planejamento de políticas educativas, que se articulem com as estratégias de desenvolvimento a médio e longo prazo; agilizar as modalidades de planificação e gestão, concentrando-se no planejamento estratégico, na aplicação de sistemas de informação, na avaliação do rendimento escolar, no desenvolvimento de políticas de compensação social e regional e na execução de programas especiais; melhorar a qualidade da educação, distribuída em todos os níveis do sistema, mediante uma mudança curricular, que parta das atividades básicas de aprendizagem das comunidades; garantir a oferta das mesmas oportunidades educativas aos integrantes de todos os setores sociais; fortalecer a eficácia da governabilidade dos sistemas, a eficiência na captação de recursos e a efetividade na transmissão de habilidades, destrezas e conhecimentos; promover programas atualizados referentes à formação e à capacitação docente.

## 9. AVANÇOS REALIZADOS NO SETOR DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO MERCOSUL

No que se refere aos acordos regionais, tem-se avançado, desde a assinatura do Tratado de Assunção, na identificação das áreas de trabalho e nos mecanismos institucionais de acompanhamento dos trabalhos de cooperação entre os sistemas educativos.

No mês de abril de 1991, realizou-se um encontro de técnicos, responsáveis e Ministros do Cone Sul, sobre Descentralização Educativa, na cidade de Buenos Aires, organizado pela OEI (Organização dos Estados Interamericanos para a Educação, Ciência e Cultura) e o Ministério da Cultura e Educação da Argentina. Na oportunidade, promoveu-se debates informais acerca da conveniência de acompanhar o processo de integração econômica, iniciada entre os quatro países, com a incorporação das dimensões culturais e educativas.

No mês de maio de 1991, no Encontro Internacional de Educação, Alfabetização e Cidadania, realizado em Brasília e organizado pelo Ministério da Educação do Brasil, com a participação de ministros, subsecretários e responsáveis da área de cooperação internacional, avançou-se na determinação dos mecanismos e prazos para formalizar a iniciativa de um Acordo Cultural e Educativo no contexto do MERCOSUL.

No mês de julho de 1991, concretizou-se a Reunião Preparatória do MERCOSUL Cultural e Educativo, na cidade de Assunção, no Paraguai, sob os auspícios da OEI, OEA, OREALC-UNESCO, CINTERPLAN. Da mesma participaram responsáveis técnicos e políticos dos quatro ministérios e elaborou-se uma proposta de acordo para a revisão e a posterior assinatura dos Ministros de Educação.

No mês de novembro de 1991, houve uma nova reunião, na cidade de São Paulo, para articular os comentários e reações que havia suscitado, em cada um dos países, a proposta de acordo.

No mês de dezembro de 1991, realizou-se uma reunião de Ministros de Educação dos quatro países e procedeu-se à assinatura do acordo elaborado previamente, que incluiu as seguintes áreas, para desenvolver programas educativos:

- formação de consciência de cidadania favorável ao processo de integração;
- capacitação dos recursos humanos para contribuir para o desenvolvimento;
- harmonização dos sistemas educativos.

Nessa oportunidade, solicitou-se ao Conselho do Mercado Comum o reconhecimento da área educativa-cultural como setor específico no Tratado do MERCOSUL.

Na reunião do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum, entre 15 e 17 de dezembro de 1991, na cidade de Brasília, o Conselho do Mercado Comum decidiu criar Reuniões de Ministros para a discussão dos assuntos vinculados no Tratado nas respectivas áreas de competência. De forma específica e fazendo-se eco das recomendações realizadas pelo Protocolo de Intenções da área educativa, definiu-se a criação de uma Reunião de Ministros de Educação, que teria como função propor ao Conselho, através do Grupo Mercado Comum, as medidas destinadas à coordenar as políticas educacionais dos Estados participantes.

A partir de janeiro de 1992, iniciou-se a coordenação de atividades no setor, por parte da Argentina, que tinha como objetivo fundamental a elaboração de programas para os anos de transição, até o Tratado ser posto em ação definitiva.

Em fevereiro de 1992, realizou-se a Primeira Reunião do Comitê Coordenador Regional, na cidade de Buenos Aires, para definir as linhas gerais do Plano 1992-1994 para o setor Educação no contexto do MERCOSUL, a metodologia de trabalho e a agenda do primeiro semestre de aplicação do Tratado.

Em abril de 1992, desenvolveu-se a Segunda Reunião do Comitê Coordenador Regional, para a elaboração da proposta do Plano Trienal e a análise de propostas de desenvolvimento educativo regional.

Em maio de 1992, concretizou-se a Terceira Reunião do Comitê Coordenador Regional, com o objetivo de analisar a experiência européia, com representantes da CEE, de aprovar a proposta do Plano Trienal para o setor educação, e submetê-lo à consideração dos Ministros dos quatro países.

Cabe ressaltar que, nas três Reuniões do Comitê Organizador Regional, foi destacada a participação de especialistas e representantes dos organismos internacionais do campo da educação.

Em junho de 1992, realizou-se a Reunião de Ministros de Educação, que aprovou o Plano Trienal para o setor educação no MERCOSUL. O mesmo foi levado ao Grupo Mercado Comum para posterior envio ao Conselho do Mercado Comum.

Na oportunidade, agradeceu-se especialmente a colaboração dos organismos internacionais (OEA, OEI, UNESCO-OREALC, CINTERPLAN). Solicitou-se o apoio para a busca de novas fontes de cooperação técnica e financeira.

Na reunião de cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e na II Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada na província de Mandora, Argentina, con-

siderou-se e aprovou-se o Plano para o Desenvolvimento Educativo Regional, apresentado pelos Ministros de Educação dos quatro países.

O Plano Trienal para o Setor Educação no contexto do MERCOSUL fixou os seguintes programas e subprogramas:

Programa I — Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração.

Subprograma I.1 — Informação e reflexão sobre o impacto do processo da integração do Mercosul.

Subprograma I.2 — Aprendizagem dos idiomas oficiais do Mercosul (espanhol e português).

Programa II — Capacitação de recursos humanos para contribuição ao desenvolvimento.

Subprograma II.1 — Educação básica e média.

Subprograma II.2 — Formação técnico-profissional.

Subprograma II.3 — Formação e capacitação de recursos humanos de nível superior.

Subprograma II.4 — Pesquisa e pós-graduação.

## Programa III — Compatibilização e Harmonização dos Sistemas Educativos.

### Subprograma III.2 — Sistema de informação.

Com este resultado, cumpria-se o período de coordenação do Ministério da Educação da Argentina.

## 10. AÇÕES REALIZADAS NOS SISTEMAS EDUCATIVOS DOS PAISES ASSINANTES DO TRATADO DE ASSUNÇÃO

### Programa I

Entre os programas mencionados, dá-se especial relevância, nessa etapa, ao que se refere à formação de uma consciência cidadã favorável ao processo de integração. No mesmo são propostas ações que favorecem a difusão de informação e a reflexão sobre o impacto do processo integrativo do MERCOSUL no Tratado. As linhas de trabalho sugeridas foram: a realização de seminários, conferências e painéis para refletir sobre os temas ou aspectos vinculados ao MERCOSUL, em especial sobre o impacto sócio-econômico da integração; a elaboração de materiais referentes ao tema e a implementação de programas nacionais de difusão, que possibilitem a compreensão dos benefícios e resultados esperados do processo de integração do MERCOSUL.

Na linha referente à produção de materiais, os Ministérios de Educação têm desenvolvido ações iniciais que tendem ao cumprimento deste ponto. No Uruguai, foram confeccionados materiais didáticos para distribuição e tratamento nos estabelecimentos escolares, assim como foi elaborada uma edição especial do Plano Trienal para

o Setor Educação. No Paraguai, tem-se incorporado em publicações oficiais, dirigidas a docentes as informações relativas aos quatro países e aos avanços ocorridos na integração educativa. Na Argentina, foi elaborada uma publicação especial sobre o tema, incluindo a documentação oficial do MERCOSUL (Tratado de Assunção, Protocolo de Intenções dos Ministros de Educação, Plano Trienal) e materiais vitais para a compreensão da realidade econômica, social e educativa dos quatro países. Essa publicação foi distribuída a todos os organismos nacionais, às jurisdições provinciais e às universidades públicas e privadas.

No que se refere à organização de reuniões, seminários, painéis etc., tem-se realizado encontros regionais. No primeiro semestre de vigência do Tratado, realizou-se, sob a orientação da Argentina, um Seminário sobre a experiência européia em matéria de integração educativa e, no segundo semestre, sob a condução do Brasil, realizou-se, em conjunto com instituições públicas e privadas, uma reunião sobre ensino tecnológico, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo sentido, está prevista, para os próximos meses, a realização de um seminário regional sobre ensino dos idiomas oficiais do MERCOSUL (espanhol e português). Essas reuniões somam-se às múltiplas iniciativas que estão surgindo, especialmente no nível superior de intercâmbio interinstitucional e de participação em reuniões de áreas específicas nos quatro países.

No âmbito de cada um dos países têm-se multiplicado as reuniões e encontros sobre o assunto. No caso da Argentina, tem-se desenvolvido encontros de diferentes modalidades em várias províncias (Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios, Misiones, Mendoza, Chubut etc.), que incluíram a dimensão educativa no processo de integração. Tem-se elaborado informes e realizado reuniões especiais

com legisladores nacionais (Comissão de Educação da Câmara de Deputados) e com legisladores provinciais (Comissão Permanente Interparlamentar Nacional de Educação e Cultura). Tem-se realizado consultas aos Conselhos Profissionais sobre os impactos da abertura do Mercado Comum em cada profissão, o sistema de habilitações profissionais atuais, etc.

O Conselho Federal de Cultura e Educação considerou em duas oportunidades a questão, propondo a realização de uma reunião para a elaboração harmonizada dos alinhamentos do Plano Nacional para a integração educativa no MERCOSUL.

## **Programa II**

No segundo programa, definiu-se a necessidade de promover estratégias de desenvolvimento educativo para o sistema básico e médio de ensino, destinadas a favorecer a capacitação da população no manejo de conhecimentos e destrezas solicitados para um desempenho cidadão eficaz e produtivo, a fim de responder às demandas do MERCOSUL. Entre as linhas de trabalho, propõe-se a atualização de conteúdos para satisfazer as demandas emergentes de um mercado ampliado. Nesse sentido, deu-se início ao levantamento dos currículos de cada um dos países nesses níveis, para se proceder, em um segundo momento, à realização de estudos comparativos, e se analisar as reformas necessárias para integrar as demandas do MERCOSUL, em especial nas áreas de matemática, ciências, história e geografia.

Outro componente deste programa é a formação técnico-profissional. O objetivo central deste subprograma é estabelecer políticas e estratégias para a formação técnico-profissional, a partir de determinação dos ramos mais dinâmicos da economia, em um mercado ampliado.

No mesmo, propõe-se estabelecer mecanismos de coordenação com os representantes dos grupos de trabalho do MERCOSUL, com vistas a definir as áreas de maior impacto. Isso tem sido conseguido através de articulação com a Comissão 4 do subgrupo XI (Trabalho), que está encarregado de acompanhar os programas de formação profissional emergente dos acordos setoriais (Grupo 7 e 8 de Política Industrial e Agrícola), assim como a articulação dos sistemas de formação sobre a vinculação dos sistemas produtivo e educativo. Tal fato iniciou-se mediante a colaboração da Organização dos Estados Americanos, que tem financiado a elaboração de um informe sobre o estado atual da vinculação educação e trabalho no MERCOSUL. Por outro lado, está-se iniciando o levantamento das instituições de ensino técnico-profissional, por meio dos centros responsáveis dos sistemas de informação de cada um dos países, e está-se promovendo a articulação da Rede do Projeto Multinacional de Educação e Trabalho da OEA. A partir do avanço nesse ponto, serão elaboradas propostas de alternativas válidas para o estabelecimento de uma vinculação eficiente entre educação-trabalho-produção, compatibilizando os recursos e mecanismos dos países, na perspectiva do MERCOSUL.

No subprograma de formação e capacitação de recursos humanos de nível superior, propõe-se promover políticas e estratégias para que isso se efetive em relação às áreas de maior impacto do MERCOSUL. Entre as linhas de trabalho, encontra-se a de estabelecer mecanismos de coordenação com os representantes dos grupos de trabalho do MERCOSUL, visando definir as áreas de maior impacto. Essa linha está-se completando mediante consultas a responsáveis dos grupos do Mercado Comum nacionais. As pesquisas e estudos setoriais, que darão os critérios e chaves para definir as áreas, encontram-se em elaboração, prevendo-se que os primeiros resultados

estariam disponíveis no início do ano de 1993. Outra linha de trabalho é a de identificar os acordos e convênios de cooperação técnica, existentes entre os países do MERCOSUL, em relação à formação e capacitação dos recursos humanos de educação superior, no âmbito governamental e não-governamental, como passo anterior à implementação de políticas de recuperação das instituições de educação superior dos países-membros, para melhorar suas formações e capacitações científicas, tecnológicas e culturais, com relação às solicitações do MERCOSUL. Os centros responsáveis de cada país estão atualizando a informação sobre os acordos inter-institucionais de nível superior.

No subprograma de pesquisa e pós-graduação, são objetivos fundamentais a promoção, no âmbito regional, da formação de uma base de conhecimentos científicos, recursos humanos e infra-estrutura institucional de apoio à tomada de decisões estratégicas do MERCOSUL. Nesse âmbito, estão-se constituindo as equipes nacionais para realizarem estudos sobre a capacidade instalada de pesquisa e de pós-graduação.

### **Programa III**

Este programa refere-se à harmonização dos sistemas educativos e busca a compatibilização acadêmica, jurídica e administrativa e o estabelecimento de um sistema comum de informação educativa relevante. No primeiro subprograma, estipulou-se a busca de mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a mobilidade da população. Nesse marco, iniciou-se o levantamento da informação relativa ao estado atual da organização dos sistemas educativos e seus currículos nos diferentes níveis. A Organização dos Estados Interamericanos está contribuindo para este fim com o projeto

de sistemas educativos nacionais, já realizado na Argentina e em estado avançado no Uruguai e Paraguai, que tem como fundamento a realização de relatório exaustivo da realidade educativa nacional, seguindo uma metodologia comum.

Na perspectiva da reformulação curricular, tem-se proposto critérios comuns para a realização dos estudos. Na área das ciências básicas, tem-se avançado com o projeto IBERCIMA, desenvolvido pela Organização de Estudos Ibero-Americanos, que tem realizado estudos nacionais: organização de estudos comparativos e recomendações por um grupo de especialistas para a compatibilização, que serão conhecidos proximamente. Na área de Ciências Sociais, tem-se considerado a necessidade de partir dos seguintes eixos: consideração da herança cultural comum; integralidade dos processos (econômicos, sociais, geográficos, políticos e culturais); periodização histórico-social compartilhada pelo conjunto dos países; inserção no cenário internacional; etc.

Por outro lado, tem-se identificado os convênios e acordos referentes à educação que regulam as relações interestaduais, e considerado propostas para se obter o conhecimento de títulos e estudos nos níveis básico e médio, em um prazo não muito extenso.

No desenvolvimento dos sistemas de informação nacionais, tem-se designado os centros responsáveis em cada país e estão-se desenvolvendo as primeiras ações de levantamento da informação dos programas.

#### 10. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS ESPECIALIZADOS

Na nova ordem econômica que se manifesta, a informação e o conhecimento têm um lugar estratégico, como assinalou um trabalho recente da CEPAL.

Nas estratégias competitivas das nações, esses elementos têm um lugar privilegiado no desenvolvimento educativo e na formação de recursos humanos.

A necessidade de desenvolver sistemas de informação regionais integrados faz-se patente para a tomada de decisões. Com relação à educação, luta-se por poder contar com trabalhos exaustivos sobre a realidade dos sistemas, nos quatro países. No caso das estatísticas, também. Por este motivo, há um subprograma especial para esta temática, no Plano Trienal.

A formação de pessoal especializado nestes campos para dar resposta aos movimentos cada vez maiores dos mercados e suas aplicações, assim como a formação dos cidadãos comuns, torna-se imprescindível. Isto implica uma formação geral, básica, do pessoal que desempenhará os trabalhos técnicos, e a alta especialização dos responsáveis por centros de informação. A formação deve ser aberta e adaptada a contextos mutáveis. Deve-se permitir a mobilidade no mercado de trabalho e dotar-se de uma capacidade de empreendimento e de empresa em concordância com as características atuais da economia. Os profissionais da informação devem prestar serviços crescentes a atores e setores não-tradicionais (bancos, empresas, profissionais liberais etc.), e não apenas nos espaços em que até agora têm prestado serviços, como bibliotecas, centros especializados, etc.

No contexto do MERCOSUL, deveriam ser pensados programas especiais que contemplassem o intercâmbio de profissionais, a análise comparativa das carreiras de biblioteconomia e ciências da informação, o reconhecimento de títulos, o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, a realização de seminários, encontros e consultas técnicas que permitam desenvolvimentos harmonizados e economias de custos, etc.

## 11. CONCLUSÃO

Essa nova dimensão regional abre um novo espaço para o desenvolvimento de planos, programas e projetos em conjunto e no interior de cada um dos países. Esse processo constitui um forte incentivo e uma possibilidade de dinamizar nossos sistemas educativos e transformá-los em resposta às demandas das sociedades da região.

### **State-of-the-art and trends in the training of the information professional in Latin America**

**Internationalization of economic, politic, social and cultural problems as a characteristic of the world situation today. The MERCOSUL as an instrument for the integration of Latin American countries. Challenges for education in the process of integration. Importance of information, and need for the training of human resouces with specializa-tion in information handling.**